

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos instaurada pelo Ato nº 779/04, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral publicado no D.O.E.R.J. em 29/12/04, alterado pelos Atos 385/11 e 444/11, publicado no D.J.E. de 16/05/11 e 27/06/11.

ATA DE REUNIÃO nº 059

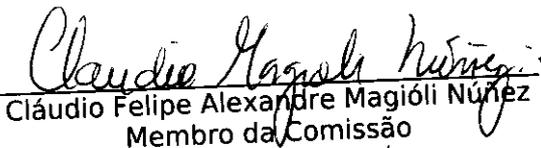
Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e onze, às dezesseis horas, na Sala de Cursos - 2º andar/prédio 194, reuniram-se os membros da Comissão, os servidores Rodrigo Costa Japiassu, Cláudio Felipe Alexandre Magioli Núñez, Isabel Cristina Pinto Ferreira, Luciana Nogueira da Silva Chimento, Marcio André Campos Bolton, Sheyla Rodrigues Rosa e Vilma Fontinelle Kilins Gehrt para, sob a Presidência do primeiro, darem início aos trabalhos da Comissão, instaurada pelo Ato nº 779/04 (alterado pelos Atos 385/11 e 444/11) da Presidência deste Tribunal, em reunião conjunta com a Comissão Permanente de Processo Disciplinar - CPDIS. Pela CPDIS, participou o membro Cláudio na qualidade de Presidente e a servidora Luciana Siqueira de Carvalho, da Seção de Expedição, na qualidade de membro dessa Comissão. O membro Isabel necessitou sair mais cedo da reunião, por conta de atividades inadiáveis em sua Unidade. Foi registrado que: a) As duas Comissões se reuniram para apresentação de primeira versão da minuta de regulamentação referente à documentação sigilosa. O presidente da CPDIS apresentou a minuta, explicando objetivamente os capítulos nela incluídos, enfatizando a questão da diferença entre "sigilo" e "segredo de justiça". Ao observar a presença de normatização de caráter operacional no tocante à tramitação, protocolização, expedição e arquivamento de documentos sigilosos, explicou o presidente da COPAD que se tratava de uma necessidade prática para o bom andamento no tratamento de documentos sigilosos em relação às tarefas supracitadas, sendo tal necessidade confirmada pela servidora Luciana Carvalho. Ao ser informado de tal necessidade, o presidente da CPDIS propôs que tais necessidades fossem especificadas em norma suplementar, conforme previsto na minuta de Resolução apresentada, quais sejam: a.1) Processos judiciais, ao Presidente deste Tribunal; a.2) Procedimentos disciplinares, ao Corregedor Regional Eleitoral; e a.3) Documentos e processos de natureza administrativa, ao Diretor-Geral. A servidora Luciana expôs que ainda não há uma definição sobre o rol de documentos que possam ser considerados como sigilosos, propondo, com a concordância dos presidentes da CPDIS e da COPAD, que se consultasse as demais Unidades da Sede do Tribunal acerca da eventual existência de documentos sigilosos nas mesmas. O presidente da COPAD concordou com a ideia, propondo a elaboração de um Memorando-Circular com as definições sobre sigilo, as quais, conforme informado pelo presidente da CPDIS, já se encontram previstas na própria minuta de Resolução apresentada. A servidora Luciana propôs que se fizesse uma análise prévia das respostas encaminhadas às duas Comissões, para melhor embasamento da normatização complementares à minuta de Resolução sobre documentos sigilosos. Deliberou-se à unanimidade: a.1) Pela aprovação do texto da minuta de Resolução, extraídos os dispositivos de caráter mais operacional; a.2) Pela inclusão dos dispositivos de caráter mais operacional em minutas de normas complementares à minuta de Resolução; a.3) Pelo envio de Memorando-Circular às Unidades da Sede, consultando sobre a eventual existência de documentos sigilosos, logo após o término do recesso judiciário de fim de ano, analisando-se as respostas encaminhadas às Comissões em reunião no dia 08/02/2012 e, posteriormente, consolidando-se as respostas com inclusão nas minutas complementares pertinentes em reunião conjunta da COPAD e da CPDIS no final do mês de fevereiro de 2012. Após as



deliberações acerca da elaboração de minuta de documentação sigilosa, desfez-se a reunião conjunta entre COPAD e CPDIS, passando apenas a COPAD a reunir-se para os demais assuntos de competência dessa Comissão; b) O membro Cláudio apresentou a minuta de regulamentação revisada do procedimento de eliminação de documentos, considerando-se a Proposta de Projeto "Sistema de Descartes de Documentos", já aprovada pela Diretora-Geral deste Tribunal e que possui o objetivo de unificar a análise dos procedimentos de eliminação de documentos das Unidades da Sede e das Zonas Eleitorais, passando todos a serem apreciados por esta Comissão. A servidora Fernanda Cristina Gomes Costa, da Seção de Apoio às Zonas Eleitorais, participou desta parte da reunião, na qualidade de ouvinte. Deliberou-se pela aprovação da minuta apresentada; c) O presidente da Comissão informou que foi encaminhado questionário às Zonas Eleitorais pelo sistema AVALON, referente às atividades da Comissão. Ainda informou que, após o envio do questionário, foi detectada a necessidade de inclusão de informação adicional ao mesmo, e que, após tal inclusão, não foi possível visualizar as respostas das Zonas Eleitorais nesse sistema. Tal problema foi relatado pelo presidente da Comissão através do sistema SISCOPE (Controle de Pedidos de Manutenção), não tendo, porém, sido resolvido tal problema até hoje. Deliberou-se à unanimidade pelo envio de um Memorando à COINF, reiterando o pedido de resolução do problema; d) Foi encaminhado pela Seção de Capacitação (SECCAP), ao e-mail desta Comissão, o pedido de Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) para o ano de 2012. Em resposta, foram solicitadas para o ano de 2012 as ações de Capacitação "Segurança da Informação", "Certificação em Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) - on-line" e "Microfilmagem e Digitalização de Documentos - aspectos legais"; e) O presidente da Comissão apresentou o Relatório Anual de Atividades da Comissão e a versão consolidada da Tabela de Temporalidade, com as alterações propostas durante o corrente ano. Deliberou-se à unanimidade pela aprovação do Relatório Anual de Atividades, encaminhando-o à Diretoria Geral, junto com a Tabela de Temporalidade. Nada mais a ser tratado, a presente reunião foi encerrada às 17:45 h, sendo a próxima reunião marcada para o dia 08 de fevereiro de 2012, às 16:00 horas, na Sede do Tribunal. Eu, _____, Sheyla Rodrigues Rosa, membro da Comissão nesta data, digitei a presente Ata, que lida e aprovada segue assinada por todos os membros.



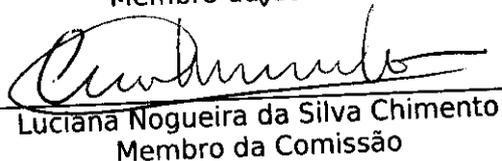
Rodrigo Costa Japiassu
Presidente da Comissão



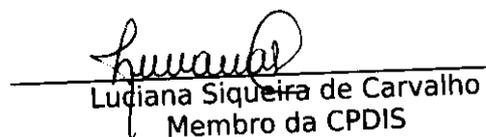
Cláudio Felipe Alexandre Magioli Núñez
Membro da Comissão



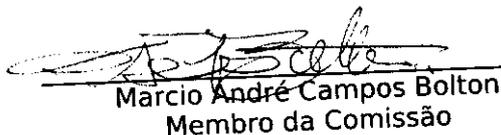
Isabel Cristina Pinto Ferreira
Membro da Comissão



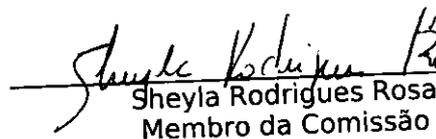
Luciana Nogueira da Silva Chimento
Membro da Comissão



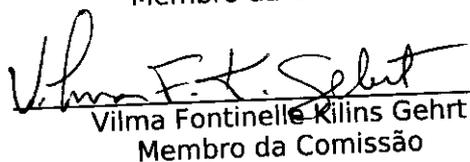
Ludiana Siqueira de Carvalho
Membro da CPDIS



Márcio André Campos Bolton
Membro da Comissão



Sheyla Rodrigues Rosa
Membro da Comissão



Vilma Fontinelle Kilins Gehrt
Membro da Comissão